

Doping Olímpico Russo: As Técnicas Investigativas na Cobertura do *The New York Times*¹

David dos Santos FERRÁS²

Ana Maria ACKER³

Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento sobre o maior escândalo de doping coletivo da história dos Jogos Olímpicos. O trabalho tem como objetivo analisar as técnicas investigativas aplicadas na cobertura da denúncia feita pelo jornal norte-americano *The New York Times* entre 2015 e 2018. A metodologia é qualitativa-descritiva. O artigo se ampara nos conceitos de jornalismo investigativo e apuração jornalística que são abordados de acordo com os autores Kovach e Rosenstiel (2003), Sequeira (2005), Pereira Junior (2006) e Nascimento (2010).

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo investigativo; apuração; doping russo; jogos olímpicos.

1 INTRODUÇÃO

Os Jogos Olímpicos são o maior evento esportivo do mundo com modalidades de verão e inverno. Mais de 200 países já participaram⁴ e a Rússia é uma das grandes potências esportivas mundiais. Com isso, o país tem facilidade em sediar diversas competições desta magnitude e, conseqüentemente, a pressão dos órgãos governamentais aumenta sobre os atletas para atingir excelentes resultados. Essa pressão imposta pode desenfrear a busca de soluções radicais a curto prazo, cujos efeitos desencadeariam um escândalo sem precedentes, devido à importância de uma competição como a Olimpíada. O escândalo midiático é um evento que implica a revelação por meio da mídia de

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Estudante do Bacharelado em Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), e-mail: davidsferras@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, e-mail: ana_acker@yahoo.com.br.

⁴ Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro contaram com a participação de 207 delegações nacionais. Fonte: <https://www.olympic.org/rio-2016/>. Acesso em: março 2019.

atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores (THOMPSON, 2002, p. 82).

A Rússia disputa o topo do quadro de medalhas, geralmente, com o rival esportivo e político, Estados Unidos. Mas isso não surgiu do acaso. Na década de 1960, a extinta União Soviética criou as escolas esportivas para crianças e jovens – as diurnas eram orientadas para o esporte e os internatos esportivos designados para garantir sucesso nas competições internacionais. A distância da família e a excessiva carga de treinamentos começou a atingir os jovens e os desempenhos caíram. Para reverter essa situação, o consumo de anabolizantes, que até então eram mencionados predominantemente no contexto do esporte capitalista, tornou-se comum. Assim, uma série de questionamentos passou a ser lançada inclusive sobre as bases do esporte comunista, em particular a sua ética⁵.

A competitividade e a busca constante por rendimentos superiores são padrões de comportamento entre os esportistas. A pressão familiar, social e econômica sobre o atleta (isso sem contar com a inconstância e força da mídia) o transformam em um instrumento da vontade alheia, retirando sua capacidade de discernir onde se situam os limites éticos, morais e de segurança de seu comportamento (NETO, 2001). Assim, visando o resultado, esses profissionais acabam recorrendo ao uso de substâncias ilegais.

Nas primeiras edições modernas dos Jogos Olímpicos, muitos atletas começaram a usar drogas para melhorar o desempenho. Uma das misturas dopantes mais usadas consistia em um coquetel com cocaína, cafeína e estricnina⁶. Na época, não era ilegal. O primeiro caso fatal de doping que se tem notícia ocorreu em 1960 com o ciclista dinamarquês Knud Enemark Jensen⁷. O fato chamou bastante a atenção do meio esportivo, que fez as federações internacionais proibirem o uso de substâncias ilícitas.

⁵ DE JESUS, Diego Santos Vieira. Foices e martelos no Olimpo: a política esportiva da União Soviética e as relações com o mundo capitalista. Revista de História do Esporte, vol. 3, Nº 2, DEZ/2010. Fonte: <<https://revistas.ufjr.br/index.php/Recorde/article/view/731/>>. Acesso em: março 2019.

⁶ A estricnina é um alcaloide altamente tóxico, que é definido como um estimulante pela WADA. Fonte: <<https://www.wada-ama.org/en/content/what-is-prohibited/prohibited-in-competition/stimulants>>. Acesso em: março 2019.

⁷ Knud Enemark Jensen se sentiu mal durante a prova, caiu da bicicleta e sofreu um traumatismo craniano que causou sua morte. Na autópsia foi detectado a presença de anfetaminas e Roniacol no sangue dele. Fonte: <<https://esporte.band.uol.com.br/rio-2016/noticia/100000812139/morte-de-ciclista-em-1960-trouxe-ao-mundo-o-doping.html>>. Acesso em: março 2019.

Em 1967, foi a vez do Comitê Olímpico Internacional (COI) desenvolver a luta moderna pelo controle do doping. Todavia, somente, no final do século XX, a entidade tomou uma iniciativa mais organizada, criando a Agência Mundial Antidoping (WADA) em 1999. Uma década depois, nos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver, no Canadá, em 2010, a Rússia obteve o pior resultado em uma edição olímpica de inverno. A partir disso, um grande esquema de doping envolvendo atletas, técnicos, agências e o governo russo foi armado para melhorar o desempenho dos esportistas na disputa dos Jogos de 2014, denunciado pelo químico Grigory Rodchenkov⁸.

A partir deste cenário, esta pesquisa procura analisar as técnicas de investigação usadas na cobertura do caso de doping russo publicada pelo jornal *The New York Times* entre 2015 e 2018, uma vez que o periódico norte-americano foi responsável por escancarar o sistema de dopagem institucionalizado no país europeu. Para isso, é realizada uma observação das notícias e reportagens que se referem ao assunto para apontar as formas como o veículo utilizou as técnicas investigativas ao longo do intervalo de tempo observado. Essa análise é descrita em conjunto com informações obtidas por meio de entrevista com a repórter Rebecca R. Ruiz, que expôs a trama elaborada pela Rússia nos Jogos Olímpicos. A jornalista foi vencedora do prêmio George Polk pela reportagem⁹.

O esquema de doping ultrapassa os limites de casos recorrentes do uso de substâncias ilícitas. A fraude é encabeçada pelo governo russo com a finalidade de apresentar um resultado acima da média em relação à última participação olímpica. Nunca havia sido registrado algo dessa proporção na história do esporte. O fato de ser um doping coletivo no principal evento esportivo do mundo já mereceria uma atenção extra. Não foram encontrados muitos estudos referentes a esse tema, com base em doping coletivo, abrindo precedentes para aprofundá-lo devido à necessidade da reflexão do papel do doping no esporte, bem como do jornalismo na apuração e propagação das denúncias dessas investigações.

⁸ Grigory Rodchenkov dirigiu o laboratório que testou milhares de atletas olímpicos, além de desenvolver um coquetel de três substâncias proibidas. Fonte: <<https://www.nytimes.com/2016/05/13/sports/russia-doping-sochi-olympics-2014.html>>. Acesso em: março 2019.

⁹ Rebecca R. Ruiz venceu a categoria de Jornalismo Esportivo em 2016. Fonte: <<https://www.prnewswire.com/news-releases/long-island-university-announces-68th-annual-george-polk-awards-in-journalism-300409938.html>>. Acesso em: março 2019.

Os conceitos de jornalismo investigativo e apuração jornalística são abordados de acordo com os autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003), Cleofe Sequeira (2005), Luiz Costa Pereira Junior (2006) e Solano Nascimento (2010). O método utilizado é o qualitativo-descritivo, que consiste na observação e na análise das matérias do *The New York Times*. O debate entre a definição de jornalismo investigativo, a forma como foi realizada a apuração da denúncia e os desdobramentos que tiveram o caso também são encontrados neste trabalho.

2 JORNALISMO INVESTIGATIVO VERSUS SOBRE INVESTIGAÇÕES

A existência do jornalismo investigativo não é uma unanimidade entre os estudiosos e profissionais da área. Isso dificulta a busca por uma definição própria. Quando ouvimos o termo “jornalismo investigativo”, soa redundante. Visto que, durante a vida acadêmica, aprendemos que o papel do jornalismo é investigar a veracidade dos fatos. Leandro Fortes afirma que, “para se compreender a extensão dessa novidade é preciso libertar-se da concepção simplista, embora essencialmente verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo” (FORTES, 2005, p. 8).

A partir disso, é possível tentar defini-lo de acordo com o tema abordado, a reação que ele gera ou pela apuração, por exemplo. Para a primeira tentativa de definição, Silvio Waisbord destaca que esse tipo de jornalismo persegue por irregularidades envolvendo pessoas do governo e outras autoridades (WAISBORD, 2000, p. 19). Já para o norte-americano David Protess, mostrar uma denúncia que provoque surpresa e revolta no público é uma característica essencial no jornalismo investigativo. Ele utiliza a expressão *journalism of outrage*, cuja tradução livre significa “jornalismo da indignação”, para confirmar sua tese (PROTESS, 1991, p. 4). Conforme Solano Nascimento, para a terceira possibilidade de definição, é necessário analisar o tipo de jornalismo como investigativo a partir da apuração jornalística, ou seja, como a reportagem foi obtida (NASCIMENTO, 2010, p. 15). De acordo com o que se pretende analisar neste artigo, a tentativa de definição do pesquisador brasileiro é a mais adequada.

No livro *Os elementos do jornalismo*, os norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel separam em três categorias distintas as reportagens que lidam com investigações: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações.

A primeira categoria contempla o modelo clássico de jornalismo investigativo, a reportagem investigativa original:

Esse tipo de reportagem envolve os *próprios* repórteres na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público. É um tipo de reportagem que quase sempre acaba em investigações públicas oficiais sobre o assunto ou a atividade denunciada, um exemplo clássico da imprensa pressionando as instituições oficiais em nome do público. Pode usar táticas similares ao trabalho policial, como sair em busca de informação, consultas a documentos públicos, uso de informantes e até, em circunstâncias especiais, trabalho secreto ou monitoração sub-reptícia de atividades. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 176 e 177)

A segunda categoria de reportagem foi denominada como reportagem investigativa interpretativa, esse formato é semelhante ao anterior. A principal diferença é que a reportagem interpretativa não trata apenas de fatos completamente desconhecidos, mas sim de uma ligação ou uma rede de ligações nova para algo que já era de domínio público:

A reportagem investigativa interpretativa surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma ideia, bem como uma busca obstinada dos fatos para reunir informação num novo e mais complexo contexto, o qual fornece ao público um melhor entendimento do que acontece. Normalmente envolve assuntos mais complexos ou um conjunto de fatos, mais do que numa denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 178)

Como é possível ver, as duas primeiras formas são parecidas e possuem participação ativa dos jornalistas. Tanto na revelação de um fato desconhecido quanto na demonstração de um elo desconhecido entre os fatos conhecidos. Já a terceira categoria é distinta - os autores chamam de reportagem sobre investigações. Na prática, a investigação deixa de ser uma forma de apuração da reportagem, o que qualificaria o tipo de jornalismo, e passa a ser o tema da reportagem. São matérias jornalísticas que se dedicam ao acompanhamento de investigações:

Trata-se de um desdobramento recente do conceito que tem se tornado bastante comum. De acordo com esse conceito, a reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais. Temos aqui um gênero de primeira necessidade na capital americana, onde o governo quase sempre conversa consigo próprio através da imprensa. Acompanhar investigações é coisa comum sempre que gente do governo está trabalhando. Os investigadores do governo costumam cooperar de forma ativa com os repórteres por muitas razões: para mudar dotações

orçamentárias, influir sobre testemunhas potenciais ou formar opinião pública. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 180 e 181)

Kovach e Rosenstiel (2003) não desmerecem esse tipo de reportagem, que trata basicamente da divulgação de investigações em andamento, mas apontam alguns riscos, e o principal deles é a dependência do repórter em relação à fonte (p. 183). Como o jornalista tem acesso só à parte da investigação que lhe é fornecida, não há controle total sobre o processo, o que aumenta a possibilidade de serem usados pelas fontes. Assim, a forma como é alcançada a informação não é a chave da questão. O ponto central é a ação de denunciar e esses escândalos podem gerar o enfraquecimento de instituições e a desvalorização da competência de quem está envolvido.

Entender como um escândalo midiático se caracteriza ajuda a compreensão da eficácia do jornalismo investigativo por meio da denúncia. Para John Thompson (2002), trata-se de um tipo de escândalo muito diferente daquele localizado, que pode ter consequência em uma vizinhança ou no meio de um grupo restrito de pessoas, e cuja disseminação implica a necessidade de um contato face a face. O escândalo midiático tem repercussões muito maiores, pois é um evento que implica a abordagem na mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores (p. 82). Como é o caso do esquema de doping russo encabeçado pelas entidades governamentais do país do leste europeu.

O jornalismo investigativo tem um papel importante no surgimento do escândalo midiático, visto que o mesmo só existe em função da divulgação e com o jornalista transformando algo privado em público. Não se pode determinar quanto tempo vai demorar e que tipo de desenvolvimento pode ter, mas uma ação dessas pode criar desdobramentos, sendo só o início de uma série de outros escândalos. Como afirma Thompson:

O desdobramento de um escândalo se torna um tipo de narrativa com múltiplas tramas e subtramas, muitas das quais malogram, mas algumas delas podem evoluir para escândalos menores específicos (subescândalos), ou mesmo em outras ramificações separadas do escândalo, que estejam apenas tangencialmente relacionadas ao escândalo original. (THOMPSON, 2002, p. 52)

A partir da bibliografia que compõe esta pesquisa é possível distinguir os escândalos em quatro fases: 1) pré-escândalos, fase em que fofocas, alegações e boatos começam a surgir; 2) divulgação pública com documentos e provas; 3) desenlace, fase

que pode incluir confirmações ou renúncias; 4) consequências, fase que contempla uma punição ou um “exílio” em que o objetivo seria a recuperação da imagem.

Todavia, nem toda divulgação de denúncias vira escândalo. Tal revelação depende de diversos fatores como “o número de pessoas que ele afeta, os valores-notícia que ela carrega e a situação econômica do país no momento de sua divulgação” (WAISBORD, 2000, p. 229) para caracterizá-lo nessa categoria. Em concordância, Thompson ainda explica que a divulgação de um escândalo atrai a mídia pelo fato de uma matéria sobre o mesmo vender bem e o entendimento de jornalistas de que a revelação de segredos do poder é uma forma de executar sua missão de “guardiões do interesse público” (THOMPSON, 2002, p. 296).

Para apurar as informações acerca do caso olímpico de doping russo foram utilizados métodos diferenciados em relação aos tradicionais do jornalismo convencional, o que nos permite explorar novas formas de produção de reportagem.

3 A APURAÇÃO COMO TÉCNICA INVESTIGATIVA

No jornalismo, a realidade não pode ser contada por inteiro, “noticiar é selecionar fatos para organizar um sentido” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 70). O jornalista tem o papel de processar as camadas verificáveis da realidade. Não há um saber consolidado no mundo sobre jornalismo investigativo, por isso, cabe a cada profissional definir seu próprio método. Os cuidados com os critérios devem ser redobrados para não se deixar levar por falhas de percepção, pela rotina produtiva ou pelo engano das fontes.

Na visão de Sequeira (2005), o jornalismo investigativo se diferencia das demais práticas pelo processo de trabalho e estratégias envolvidas na fase de apuração (p. 129). Luiz Costa Pereira Junior (2006) entende a apuração como a sustentação do trabalho do jornalista. “A apuração de informações, a investigação, é a pedra de toque da imprensa, seu álibi, a condição que faz um relato impresso ser jornalismo, não literatura. É a espinha dorsal do trabalho jornalístico” (p. 73). Por isso, uma afirmação só pode ser mantida se respaldada pelo confronto com outras evidências.

A apuração de informações requer uma determinada sequência de procedimentos, que é construída pela experiência do próprio profissional. Essa rotina começa na formulação da pauta e continua com os possíveis desdobramentos que a reportagem pode

ter. Daniel Samper¹⁰ (apud PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 78) classifica os passos da investigação jornalística em quatro fases:

- Fase 1: elaboração da pauta (pista inicial + sondagem inicial + preparação da pauta);
- Fase 2: pré-produção (análise das fontes + sequência de abordagem);
- Fase 3: produção (confrontação de informações + checagem);
- Fase 4: pós-produção (redação + produção visual da reportagem + reserva de documentação).

O planejamento pode facilitar a apuração jornalística, a partir da forma em que ele organiza e dita o ritmo da produção. Uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se extrai o necessário para a notícia. Muitas vezes, as informações são obtidas do cruzamento de várias fontes e documentos. Os dados estatísticos devem ser lidos com cuidado, pois escondem tratamentos técnicos e avaliações que podem passar despercebidos pelos leigos (FORTES, 2005, p. 31). De certa forma, o caminho metodológico do jornalismo investigativo é seguir os dados, cruzá-los e interpretá-los.

A UNESCO publicou, em 2013, o documento *A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas*, que traz os métodos e as técnicas do jornalismo investigativo, sem se limitar à busca de informações ou de como encontrá-las, mas envolvendo todo o processo de produção da reportagem investigativa. Os autores não pensam que a questão básica seja como encontrar informações.

Ao invés disso, pensamos que a tarefa central é como contar uma história. Isso nos leva à inovação metodológica básica deste manual: Usamos as histórias como o cimento que mantém a coesão entre cada passo do processo investigativo, desde a concepção até a pesquisa, redação, controle de qualidade e publicação. Também nos referimos a essa abordagem como a investigação a partir de histórias, porque começamos formulando a história que esperamos redigir como uma hipótese que será ou verificada ou refutada. Esse é o primeiro passo em um processo integrado (HUNTER et. al., 2013, p.4).

Em suma, ainda que os repórteres possam fazer tanto a cobertura convencional quanto o trabalho investigativo ao longo de suas carreiras, os dois papéis envolvem

¹⁰ SAMPER, Daniel. Como preparar um reportage investigativo. *El Boletín*, órgano oficial del Centro Técnico de la Sociedad Interamericana de Prensa. Miami, enero de 1991, n. 290.

habilidades, hábitos de trabalho, processos e metas, às vezes, profundamente diferentes. Mark Lee Hunter e Nils Hanson (2013) apontam algumas dessas diferenças, que não devem ser encaradas como opostas (Tabela 01).

Tabela 01: Diferenciação dos métodos de jornalismo convencional e jornalismo investigativo

JORNALISMO CONVENCIONAL	JORNALISMO INVESTIGATIVO
PESQUISA	
As informações são reunidas e relatadas a um ritmo fixo (diário, semanal, mensal).	As informações não podem ser publicadas até que a sua coerência e completude estejam garantidas.
A pesquisa é completada com rapidez. Não se faz uma pesquisa adicional uma vez que a história esteja completa.	A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após a sua publicação.
A história se baseia em um mínimo necessário de informações, e pode ser bastante curta.	A história se baseia no máximo possível de informações, e pode ser bastante longa.
As declarações das fontes podem substituir a documentação.	A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes.
RELAÇÕES DE FONTES	
A boa fé das fontes é presumida, frequentemente sem verificação.	A boa fé das fontes não pode ser presumida; qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação.
As fontes oficiais fornecem informações ao (à) repórter livremente, para promoverem a si e às suas metas.	As informações oficiais são ocultadas do (a) repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições.
O (A) repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele ou ela possa contrastá-la com comentários ou afirmações de outras fontes.	O (A) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes.
O (A) repórter dispõe de menos informações do que a maioria das suas fontes.	O (A) repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma das suas fontes, considerada individualmente, e de mais informações do que a maioria delas em conjunto.

As fontes são quase sempre identificadas.	As fontes, frequentemente, não podem ser identificadas, em nome de sua segurança.
RESULTADOS	
A reportagem é vista como um reflexo do mundo, que é aceito assim como ele está dado. O (A) repórter não espera obter resultados além de informar o público.	O (A) repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. A história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou, em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor.
A reportagem não requer um engajamento pessoal por parte do (a) repórter.	Sem um engajamento pessoal do (a) repórter, a história nunca será completada.
O (A) repórter busca ser objetivo (a), sem viés ou juízo de valor em relação a qualquer uma das partes envolvidas em uma história.	O (A) repórter busca ser justo (a) e escrupuloso (a) em relação aos fatos da história, e com base nisso pode designar as suas vítimas, heróis e malfeitores. O (A) repórter também pode oferecer um juízo de valor ou veredito sobre a história.
A estrutura dramática da reportagem não é de grande importância. A história não precisa ter um final, pois as notícias continuam.	A estrutura dramática da história é essencial para o seu impacto, e leva a uma conclusão que é oferecida pelo (a) repórter ou por uma fonte.
Erros podem ser cometidos pelo (a) repórter, mas eles são inevitáveis e, normalmente, não tem muita importância.	Os erros expõem o (a) repórter a sanções formais e informais, e podem destruir a credibilidade do (a) repórter e do (s) meio (s) de comunicação.

Fonte: A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos, de Mark Lee Hunter e Nils Hanson, 2013, p. 9.

Cleofe Sequeira (2005) mostra que o jornalismo investigativo demanda métodos de pesquisa e estratégias operacionais. “Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa” (SEQUEIRA, 2005, p.74). Os autores utilizam alguns elementos convencionais da prática jornalística para comparar com os empregados no jornalismo investigativo. Essas diferenciações podem ser compreendidas conforme a pesquisa realizada, a relação estabelecida com as fontes e os resultados encontrados.

No jornalismo investigativo, as reportagens requerem de documentação para apoiar ou negar as informações das fontes. Em contrapartida, no método tradicional a palavra da fonte basta para conduzir a matéria até o final. Lopes e Proença (2003) defendem que no jornalismo investigativo o levantamento de informação é algo susceptível de ser “trabalhado mais afundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado sob todos os ângulos” (p. 10). Outra diferenciação é que a pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode seguir após a publicação. Uma investigação jornalística pode ter mais de um desdobramento, com isso, desencadear outras investigações. Já no jornalismo diário a pesquisa é completada com rapidez para seguir, a rigor, o tempo limite de entrega da reportagem.

A relação com as fontes é outra técnica utilizada pelo jornalismo investigativo. Tanto as primárias quanto as secundárias “são usadas apenas como uma das técnicas e não a única, para confirmação das informações levantadas em bancos de dados ou documentos oficiais” (NORONHA; ROCHA, 2016, p. 185). A boa fé das fontes não pode ser presumida, nenhuma informação pode ser usada sem verificação. O que não é necessário no formato factual, visto que as fontes humanas costumam ser oficiais ou especializadas. De um lado, os informantes devem ter o nome preservado e não podem ser identificados; do outro quase sempre são identificadas.

A terceira forma de subdividir os métodos investigativos é pensando no resultado final. No jornalismo convencional, o repórter não espera obter resultados além de informar o público. O que não ocorre no método a que este artigo se refere, nele o repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. O profissional visa expor uma dada situação para que se promova um exemplo de um caminho melhor. No caso do doping russo, em específico, a denúncia traz a dúvida de como essas potências do esporte atingem seus respectivos resultados, a necessidade de punição e a reflexão sobre como melhorar o processo antidoping. Mas, isso só é possível com o engajamento pessoal do repórter. “O levantamento de informações dependerá do compromisso do repórter com a visão plural de cada fenômeno ocorrido” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 72).

4 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O site do jornal norte-americano *The New York Times*¹¹ foi consultado para o levantamento das informações para a análise deste artigo. Na área destinada às buscas, pesquisamos a palavra-chave: doping russo. Os resultados apontaram publicações entre os dias 09 de novembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, sendo a reportagem central da denúncia publicada em 12 de maio de 2016. Ao todo, 112 matérias que abordavam o sistema institucionalizado de doping da Rússia foram encontradas na versão online do periódico.

Após esse processo, foram feitos *prints*¹² de todas as matérias que continham a palavra-chave e separados em pasta no *Google Drive*¹³. Os *prints* das matérias foram salvos com as datas e o título traduzido da notícia. Elas estão separadas em uma tabela primária pelos setores: data da publicação, título original, título traduzido, autoria e assunto (ver anexo). Em uma primeira análise, nota-se a participação total ou parcial da repórter Rebecca R. Ruiz na assinatura das matérias – das 112, ela aparece como autora em 100 delas. Para compreender o método aplicado na estrutura das reportagens, foi mantido contato via e-mail com a jornalista por cinco meses.

Para ter a compreensão necessária deste escândalo sem precedentes, vamos dividir as informações em quatro fases: a primeira é a pré-denúncia, que parte da divulgação do relatório da Agência Mundial Antidoping (WADA) em novembro de 2015; a segunda é a denúncia, a partir da entrevista exclusiva em maio de 2016 com o químico Grigory Rodchenkov, que dirigiu o laboratório responsável por testar milhares de atletas olímpicos e desenvolveu um coquetel de três substâncias proibidas; a terceira fase avaliada é a punição, onde as autoridades olímpicas confirmam a proibição da russa nos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2018, e em seguida, autorizam alguns atletas sob condições; e a quarta é a pós-punição, que configura na imagem estabelecida pela Rússia, WADA e COI após a denúncia. Com as informações dispostas, tanto da entrevista com a repórter quanto com as reportagens, será possível cruzá-las para uma análise em profundidade.

¹¹ As reportagens foram consultadas em <<https://www.nytimes.com/>>.

¹² Captura de tela.

¹³ Conteúdo disponível no link: <https://drive.google.com/open?id=1_gayRbUirfzoxbWitfMogtNvUfZl2ldI>.

5 ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Foram analisadas sete das 112 reportagens selecionadas, até o presente momento. Com este pequeno fragmento é possível compreender como a divulgação do relatório realizado por uma comissão independente da Agência Mundial Antidoping – do inglês, *World Anti-Doping Agency*, WADA – desestabilizou e colocou o mundo dos esportes em alerta. “Em 323 páginas, envolve atletas, treinadores, médicos e várias instituições russas, apresentando o que provavelmente é o mais extenso programa de doping patrocinado pelo Estado desde o notório regime da Alemanha Oriental dos anos 70¹⁴”.

A primeira fase que atribuímos para a análise foi a pré-denúncia. Nesta etapa, o atletismo é o único esporte investigado devido a um documentário¹⁵ da emissora pública alemã ARD sobre o doping no atletismo russo, lançado em dezembro de 2014. A repórter Rebecca R. Ruiz foi responsável por esmiuçar o relatório e cruzar as informações com as personalidades citadas no documento – Victor Mather, Christopher Clarey e Ivan Nечepurenko colaboraram com os desdobramentos. Ao todo, 28 fontes são citadas nas reportagens, o que demonstra o cuidado em expor uma quantidade expressiva de informações.

Uma das características do jornalismo investigativo é não publicar nada sem uma documentação que ampare a informação. Na reportagem do dia 12 de janeiro de 2016, é citado que a *Associated Press* noticiou um relatório dizendo que em 2009, “autoridades do órgão regulador estavam cientes do abuso generalizado de drogas no país e consideraram ajudar a Rússia a esconder a extensão de seu uso”. O tal relatório teria sido baseado em documentos internos da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF) obtidos pela agência. Como o jornal nova-iorquino não teve acesso aos documentos, a repórter registrou ao final da informação que, “o *New York Times* não conseguiu determinar sua veracidade¹⁶”. Mantendo assim, os princípios éticos da apuração.

¹⁴ *The New York Times*, 09/11/2015, disponível em <<https://www.nytimes.com/2015/11/10/sports/russian-athletes-part-of-state-sponsored-doping-program-report-finds.html>>. Acesso em: maio 2019.

¹⁵ O título do documentário é *The secrets of doping: How Russia makes its winners*, de H. Seppelt. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iu9B-ty9JCY>>. Acesso em: maio 2019.

¹⁶ *The New York Times*, 12/01/2016, disponível em <<https://www.nytimes.com/2016/01/13/sports/doping-report-corruption-in-track-and-field.html>>. Acesso em: maio 2019.

Dois dias depois, em 14 de janeiro de 2016, uma nova atualização do relatório foi publicada detalhando como as autoridades chantageavam os atletas que falharam nos testes de drogas. A russa Liliya Shobukhova, por exemplo, pagou cerca de US\$ 600.000 para ter sua testagem positiva mascarada e sua participação nos Jogos de Londres 2012 garantida. Este relatório desviou a atenção da Rússia para a IAAF. As autoridades da Rússia, por sua vez, mantiveram a mesma posição de se esquivar da culpa e desmerecer o trabalho da comissão da WADA em todas as reportagens. Grigory Rodchenkov, que será peça importante para o restante da pesquisa, descartou as sugestões do órgão: “Esta é uma comissão independente que só emite recomendações”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho realizado até o momento é perceptível que as reportagens analisadas se enquadram na definição de jornalismo sobre investigações. Isso porque as matérias não são fruto da investigação da própria repórter e sim, da divulgação do trabalho de investigação de autoridades. Segundo Leonel Azevedo de Aguiar, o foco do jornalismo investigativo é “apurar e divulgar informações sobre atos desviantes que afetem o interesse público e que sejam prejudiciais à sociedade” (AGUIAR, 2006, p. 74). As técnicas investigativas mencionadas no decorrer da pesquisa já são identificadas nestas primeiras reportagens do periódico norte-americano. Os próximos passos do trabalho serão a análise e a classificação das demais publicações e a percepção da repórter Rebecca R. Ruiz na construção desta série de reportagens. A conclusão do estudo só será possível quando a análise estiver feita integralmente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Revista Alceu**, Vol.7, Nº 13, p. 73-84 – Jul/dez, 2006. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Aguiar.pdf>. Acesso em: maio de 2019.

FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

HUNTER, M. L. (Org.). **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>>. Acesso em: abril de 2019.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas – o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

NETO, F. R. de A. O papel do atleta na sociedade e o controle de dopagem no esporte. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Vol. 7, Nº 4 – Jul/Ago, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v7n4/v7n4a05.pdf>>. Acesso em: março de 2019.

NORONHA, M. G.; ROCHA, P. M. As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem. **Revista Estudos em Comunicação**, Nº 23, p. 171-193 – Dez, 2016. Disponível em <<http://www.ec.ubi.pt/ec/23/pdf/ec-23-08.pdf>>. Acesso em: abril de 2019.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PROTESS, D. L. et al. **The journalism of outrage: investigative reporting and agenda building in America**. New York: The Guilford Press, 1991.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

THOMPSON, J. **O escândalo político**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WAISBORD, S. **Watchdog Journalism in South America**. New York: Columbia University Press, 2000.